

2016

Relatório e Contas

ÍNDICE GERAL

1. ENQUADRAMENTO	5
2. ATIVIDADE DO FCSU	9
3. EVENTUAIS VANTAGENS DE MERCADO QUE POSSAM TER RESULTADO PARA OS PRESTADORES DO SERVIÇO UNIVERSAL	17
3.1. Período prévio à designação de PSU por concurso	17
3.2. Período posterior à designação de PSU por concurso	20
4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	24
4.1. Balanço em 31 de dezembro de 2016 (euros)	24
4.2. Demonstração dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2016 (euros)	25
5. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	27
1. Nota introdutória	27
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	28
2.1. Base de preparação	28
2.2. Derrogação das disposições do SNC	28
2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras	28
4. Principais políticas contabilísticas	28
4.1. Moeda funcional e de apresentação	29
4.2. Ativos financeiros e passivos financeiros	29
4.3. Outros créditos a receber	29
4.4. Caixa e equivalentes de caixa	29
4.5. Outras dívidas a pagar	29
4.6. Rédito	30

4.7. Multas ou sanções	30
4.8. Principais estimativas e julgamentos apresentados	30
4.8.1. Passivos e ativos contingentes	30
4.8.2. Acontecimentos após a data do balanço	31
4.9. Caixa e depósitos bancários	31
4.9.1. Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso	31
4.9.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de meios financeiros líquidos	31
4.10. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	31
4.11. Impostos	31
4.12. Outros créditos a receber	32
4.13. Reservas e outras rubricas de capital próprio	35
4.14. Outras dívidas a pagar	35
4.15. Compromissos	36
4.16. Garantias	36
4.17. Partes relacionadas	36
4.17.1. ANACOM	36
4.18. Informações exigidas por diplomas legais	36
4.19. Outras Situações	37
6. PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS.....	39

ENQUADRAMENTO

1. ENQUADRAMENTO

A Lei das Comunicações Eletrónicas (LCE) estabelece no seu artigo 97.º que, verificada a existência de custos líquidos do serviço universal (CLSU) que sejam considerados encargo excessivo, o pagamento da compensação devida possa provir, alternativa ou cumulativamente: (i) de fundos públicos (alínea a) do n.º 1) e/ou (ii) da repartição do custo pelas empresas que ofereçam, no território nacional, redes de comunicações públicas e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, devendo, neste caso, ser instituído um fundo de compensação administrado pela ANACOM ou por outro organismo independente designado pelo Governo (alínea b) do n.º 1 e n.º 2 do mesmo preceito).

Tendo em conta as opções de financiamento dos CLSU, o Governo decidiu optar pela repartição dos custos pelas empresas que, no território nacional, oferecem redes de comunicações públicas e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, tendo para tal apresentado à Assembleia da República uma Proposta de Lei, que veio a resultar na aprovação da Lei n.º 35/2012, de 23 de agosto, entretanto alterada e republicada pela Lei n.º 149/2015, de 10 de setembro (doravante Lei do Fundo).

A Lei do Fundo procedeu, assim, à criação do fundo de compensação do serviço universal de comunicações eletrónicas (FCSU) previsto na LCE e destinado ao financiamento dos CLSU, estabelecendo um conjunto de regras a que obedece.

Nos termos do artigo 3.º da Lei do Fundo, o FCSU constitui um património público autónomo, sem personalidade jurídica, sob a administração da ANACOM a quem compete, enquanto entidade gestora, assegurar a sua representação legal (n.º 1). O FCSU não responde em caso algum pelas dívidas da entidade gestora nem esta responde pelos créditos sobre o fundo (n.º 2). A contabilidade do FCSU é autónoma e separada da contabilidade da ANACOM (n.º 3), competindo-lhe, enquanto entidade gestora, organizar a contabilidade do fundo de compensação de harmonia com as normas do Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Os recursos financeiros do FCSU são depositados numa conta bancária específica, criada para o efeito junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. As receitas do FCSU ficam consignadas ao financiamento dos CLSU. A Lei do Fundo não prevê a possibilidade de o fundo poder realizar gastos de funcionamento nem de dispor de recursos humanos, sendo todas as despesas inerentes ao seu funcionamento asseguradas pela ANACOM.

Ademais, e conforme disposto no artigo 4.º da Lei do Fundo, a ANACOM é a entidade a quem compete a prática de todos os atos necessários à boa administração do FCSU, devendo ainda proceder (i) à identificação das entidades obrigadas a contribuir para o fundo de compensação, para financiamento dos custos líquidos a compensar, e (ii) à fixação do valor exato da respetiva contribuição.

De acordo com o disposto no artigo 6.º da Lei do Fundo, este destina-se ao financiamento dos CLSU determinados no âmbito dos concursos de designação de prestadores de serviço universal (PSU) e ao financiamento dos CLSU relativos ao período anterior à designação do PSU por concurso.

O FCSU tem, assim, como principal objetivo, receber e gerir as contribuições das empresas obrigadas a contribuir para a compensação dos CLSU, tendo em vista a sua posterior entrega aos PSU. O pagamento das contribuições para o FCSU deve ser efetuado de modo a permitir a transferência dos valores que são devidos ao PSU para financiamento dos CLSU, até ao termo dos prazos fixados nos artigos 14.º n.º 1, e 21.º n.º 1, da Lei do Fundo, isto é, até 15 meses após o termo do ano civil a que respeitam os custos. Quando esteja em causa a compensação dos CLSU incorridos no período anterior à designação dos PSU por concurso, aquele prazo de 15 meses inicia-se após o termo do ano civil em que são aprovados os custos.

Estão obrigadas a contribuir para o fundo de compensação as empresas que oferecem, no território nacional, redes de comunicações públicas e ou serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público que, no ano civil a que respeitam os custos líquidos, tenham registado um volume de negócios elegível no setor das comunicações eletrónicas que lhes confira um peso igual ou superior a 1 % do volume de negócios elegível global do sector.

Nos termos previstos na lei, compete à ANACOM, enquanto entidade gestora do FCSU, elaborar e publicar anualmente dois relatórios:

- Um relatório que corresponde ao exigido pelos artigos 98.º da LCE e 4.º, n.º 1, alínea d), da Lei do Fundo, contendo o custo apurado das obrigações de SU, indicando as contribuições efetuadas por todas as empresas envolvidas e identificando quaisquer vantagens de mercado que possam ter resultado para os PSU (secções 2 e 3 do presente relatório); e

- Um relatório que cumpra o disposto no artigo 3.º, n.ºs 5 e 6 da Lei do Fundo, com as contas e demonstrações financeiras do FCSU (secções 4 e 5 do presente relatório).

O presente documento dá assim cumprimento a ambas as obrigações legais para o período de 2016, notando-se que o relatório referente ao período de 2015 foi publicado em 2016 e encontra-se disponível no sítio da ANACOM na Internet.

ATIVIDADE DO FCSU

2. ATIVIDADE DO FCSU

O FCSU destina-se ao financiamento dos CLSU determinados no âmbito dos concursos de designação de PSU, bem como ao financiamento dos CLSU relativos ao período anterior à designação do PSU por concurso.

2016 foi o primeiro ano em que o FCSU foi acionado para financiamento dos CLSU relativos à prestação do SU por PSU designados por concurso, sendo que, no caso em apreço, os CLSU são respeitantes a parte do ano 2014 (já que os prestadores designados por concurso só iniciaram a respetiva prestação no decurso de 2014). Em 2016, à semelhança do sucedido em 2015, procedeu-se igualmente ao acionamento do FCSU para financiamento dos CLSU relativos ao período anterior à designação do PSU por concurso, em relação aos CLSU aprovados em 2014 e que se reportam aos CLSU de 2010-2011.

No que respeita à compensação dos CLSU relativos ao período anterior à designação do PSU por concurso, o artigo 97.º da LCE e o artigo 17.º da Lei do Fundo dispõem que o fundo deve ser acionado sempre que, cumulativamente, se verifique a existência de custos líquidos que, na sequência de auditoria, sejam considerados excessivos pela ANACOM, e o PSU solicite ao Governo a compensação dos mesmos.

Determina ainda a Lei do Fundo, no seu artigo 18.º, que as empresas que oferecem, no território nacional, redes de comunicações públicas e ou serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público efetuem uma contribuição extraordinária para efeitos de financiamento dos CLSU incorridos no período anterior à designação do PSU por concurso e que sejam aprovados pela ANACOM nos anos 2013, 2014, 2015 e 2016.

Em 20.11.2014, a ANACOM aprovou, na sequência de auditorias, os valores dos CLSU relativos aos anos 2010 e 2011, que totalizaram 47.050.607,99 euros (quarenta e sete milhões, cinquenta mil e seiscentos e sete euros e noventa e nove cêntimos)¹.

Em conformidade com o estabelecido no n.º 4 do artigo 17.º da Lei do Fundo, o PSU deve solicitar ao Governo a compensação dos CLSU que sejam aprovados na sequência de auditoria no prazo

¹ Os valores de CLSU referentes a cada um dos exercícios foram, respetivamente, em 2010 de 23.522.982,66 euros e, em 2011, de 23.527.625,33 euros. De notar que, por deliberação de 09.06.2011, a ANACOM aprovou a decisão relativa ao conceito de encargo excessivo, bem como a decisão relativa à metodologia a aplicar no cálculo dos CLSU, tendo considerado que a prestação do SU constitui um encargo excessivo desde 2007, inclusive.

máximo de cinco dias úteis após a notificação da decisão final de aprovação do valor dos referidos custos pela ANACOM, determinando o n.º 5 que o cumprimento das obrigações referidas nos números anteriores, nos prazos aí previstos, constitui requisito do financiamento dos CLSU incorridos no período anterior à designação por concurso.

Neste sentido, a ANACOM verificou o cumprimento dos requisitos acima referidos para acionamento do fundo, tendo o Governo informado a ANACOM da concordância do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações e do despacho do Secretário de Estado das Finanças quanto ao deferimento do requerimento apresentado pela MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A. (MEO) em 26.11.2014 e quanto ao acionamento do FCSU para ressarcimento dos CLSU 2010-2011.

Já no que respeita aos CLSU relativos à prestação do SU por PSU designados por concurso, importa notar que, por decisão de 07.02.2012, a ANACOM estabeleceu que os valores que resultassem dos concursos referentes à ligação a uma rede de comunicações pública em local fixo e de serviços telefónicos acessíveis ao público e à oferta de postos públicos seriam considerados encargo excessivo.

Releva-se ainda que consta dos contratos assinados em 2014 entre os PSU designados por concurso e o Estado português o valor dos CLSU a compensar, nos termos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 95.º da LCE. Assim, consagram-se na cláusula 13.ª dos respetivos contratos as disposições a aplicar no que respeita ao financiamento dos custos em causa decorrentes da prestação do SU.

A ANACOM deu início, em 2015, ao procedimento associado à identificação das entidades obrigadas a contribuir e à fixação do valor exato da respetiva contribuição extraordinária referente aos CLSU aprovados em 2014 (CLSU 2010-2011) e aos CLSU 2014 (período posterior à designação de PSU por concurso), em conformidade com o estabelecido na Lei do Fundo, a partir do segundo semestre de 2015.

A ANACOM, por deliberação de 28.01.2016², após procedimento de audiência prévia dos interessados, apurou o volume de negócios elegível do sector e o volume de negócios elegível de cada entidade, e identificou as entidades obrigadas a contribuir para o FCSU e as respetivas contribuições. Esta deliberação concretizou o definido na Lei do Fundo, no que respeita quer à

² Disponível em <https://www.anacom.pt/render.jsp?contentId=1378295>.

contribuição extraordinária prevista no artigo 18.º referente à compensação dos CLSU relativos ao período anterior à designação do PSU por concurso, que foram aprovados pela ANACOM em 2014 e que se reportam aos CLSU de 2010-2011, quer à contribuição prevista no artigo 11.º para a compensação dos CLSU de 2014 relativos à prestação do SU por PSU designados por concurso.

Atendendo a que o n.º 2 do artigo 10.º da Lei do Fundo enumera as deduções que devem ser efetuadas ao montante dos CLSU a repartir, a ANACOM verificou a aplicabilidade de cada uma delas, tendo determinado que o valor final a considerar para efeitos da fixação do valor das contribuições referentes aos CLSU 2014 correspondia ao valor global de CLSU incorridos pelos PSU em 2014 ao abrigo dos contratos, deduzido da remuneração anual paga ao Estado como contrapartida da prestação do SU de disponibilização de uma lista telefónica completa e de um serviço completo de informações de listas ao abrigo do contrato assinado em 2014 entre a MEO e o Estado Português.

Em 02.02.2016 foram emitidas as notas de liquidação às empresas participantes, no valor total de 47.050.607,99 euros, relativas às contribuições extraordinárias para financiamento do CLSU de 2010-2011, e no valor total de 2.930.032,56 euros, relativas às contribuições para financiamento dos CLSU 2014 incorridos pelos PSU designados por concurso.

A tabela seguinte identifica as entidades/empresas contribuintes (com as designações sociais que tinham nessa data) e o valor da respetiva contribuição.

Tabela 1 – Valor das contribuições das empresas e entidades obrigadas a contribuir para o fundo de compensação relativamente aos CLSU 2010-2011 (aprovados em 2014) e CLSU 2014 (período posterior à designação do PSU por concurso)

Empresas	CLSU 2010-2011 Contribuição extraordinária	CLSU 2014 (Período posterior à designação por concurso)	
		NOS (Prestação do STF)	MEO (Prestação de oferta PP)
Grupo Cabovisão/Oni/Knewon	1.829.546,05	43.772,38	70.160,89
CABOVISÃO - Televisão por Cabo, S.A.	1.048.019,83	25.074,16	40.190,30
OniTelecom - Infocomunicações, S.A.	781.526,22	18.698,22	29.970,59
KNEWON, S.A.	0,00	0,00	0,00
Grupo NOS	12.955.881,33	309.972,90	496.842,48
NOS Comunicações, S.A.	12.509.059,93	299.282,58	479.707,41
NOS AÇORES COMUNICAÇÕES, S.A.	168.848,41	4.039,74	6.475,14
NOS MADEIRA COMUNICAÇÕES, S.A.	277.972,99	6.650,58	10.659,93
Grupo VODAFONE	9.635.146,59	230.523,44	369.496,29
VODAFONE PORTUGAL - Comunicações Pessoais, S.A.	9.635.146,59	230.523,44	369.496,29
VODAFONE Enterprise Spain, SL - Sucursal em Portugal	0,00	0,00	0,00
MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.	22.630.034,02	541.429,58	867.834,60
Total	47.050.607,99	1.125.698,30	1.804.334,26

Valores expressos em euros.

Notas:

Os valores foram apurados em conformidade com o estabelecido na Lei do Fundo, e aproximados ao cêntimo.

O apuramento do contributo agregado da Cabovisão e da Oni tem como resultado um valor superior em 1 cêntimo à soma que resulta do apuramento do contributo individual de cada uma das empresas; de forma a que o resultado final correspondente ao somatório de todos os contributos seja igual ao valor da contribuição identificado na linha "total" e coluna "NOS (prestação do SFT)", atribuiu-se o cêntimo à contribuição da empresa do Grupo Cabovisão/Onitelecom/Knewon que apresenta o maior valor na terceira casa decimal, a Cabovisão, que em vez de €25.074,15, contribui com €25.074,16.

O apuramento do contributo agregado do Grupo NOS tem como resultado um valor superior em 1 cêntimo à soma que resulta do apuramento do contributo individual de cada uma das empresas; de forma a que o resultado final correspondente ao somatório de todos os contributos seja igual ao valor da contribuição identificado na linha "total" e coluna "MEO (prestação de oferta PP)", atribuiu-se o cêntimo à contribuição da empresa do Grupo NOS que apresenta o maior valor na terceira casa decimal, a NOS Açores, que em vez de €6.475,13, contribui com €6.475,14.

Fonte: Cálculos ANACOM com base nas declarações transmitidas pelas empresas e nos resultados da auditoria.

De notar que a MEO³ e a NOS Comunicações, S.A.⁴ (NOS) solicitaram a dispensa de entrega do valor da respetiva contribuição, nos termos do n.º 2 do artigo 12.º da Lei do Fundo, que por força do n.º 1 do artigo 20.º é aplicável às contribuições para o financiamento dos CLSU incorridos antes da designação do PSU por concurso. Aí se estabelece que a ANACOM pode autorizar que o prestador ou prestadores do serviço universal não procedam à entrega da respetiva contribuição caso se verifique que o valor da compensação a que têm direito é superior ao valor da contribuição a cujo pagamento estão obrigados, sendo nesse caso o montante da compensação a transferir para o prestador ou prestadores do serviço universal deduzido do valor das respetivas contribuições. Neste contexto, aquela Autoridade autorizou⁵:

- A MEO a não entregar o valor da contribuição relativo aos CLSU 2010-2011, aprovados em 2014, atendendo a que o valor que a MEO tinha a receber, de 47.050.607,99 euros, era superior ao valor que tinha a pagar a título de contribuição extraordinária, que era de 22.630.034,02 euros;
- A MEO a não entregar o valor da contribuição a pagar para o FCSU para financiamento dos CLSU 2014 incorridos pelos PSU (período posterior à designação do PSU por concurso), dado que o valor que a MEO tinha a receber, de 1.804.334,79 euros, pela prestação do SU de oferta de postos públicos em 2014 era superior ao que tinha a pagar a título de contribuição para o FCSU para financiamento do CLSU 2014 (período posterior à designação do PSU por concurso), que era de 1.409.264,18;
- A NOS a não entregar o valor da contribuição para o FCSU referente aos CLSU 2014 incorridos pelos PSU (período posterior à designação do PSU por concurso), considerando que o valor que tinha a receber, de 1.125.698,63 euros, pela prestação do SU de ligação a uma rede de comunicações pública em local fixo e de serviços telefónicos acessíveis ao público em 2014 era superior ao que tinha a pagar a título de contribuição para o FCSU para financiamento do CLSU 2014 (período posterior à designação do PSU por concurso), que era de 778.989,99 euros.

³ Solicitação recebida na ANACOM em 05.01.2016.

⁴ Solicitação recebida na ANACOM em 19.02.2016.

⁵ Vide as respetivas deliberações da ANACOM em <https://www.anacom.pt/render.jsp?contentId=1378295> e <https://www.anacom.pt/render.jsp?contentId=1380948>.

Todas as contribuições referentes aos CLSU 2014 incorridos pelos PSU (período posterior à designação do PSU por concurso) foram devidamente transferidas para o FCSU, sendo que as contribuições relativas à contribuição extraordinária dos CLSU aprovados em 2014, referentes aos CLSU 2010-2011, foram apenas pagas pela ONITELECOM e pela CABOVISÃO. Os restantes contribuintes (com exceção das referidas empresas e da MEO) manifestaram a intenção de impugnar, em sede própria, ao abrigo do disposto na Lei do Fundo, as notas de liquidação emitidas pelo FCSU em relação às contribuições extraordinárias, tendo apresentado fiança/garantia bancária com o objetivo de suspender um eventual processo de execução fiscal.

O FCSU procedeu, conforme estabelecido no n.º 1 do artigo 14.º da Lei do Fundo, à transferência dos montantes detidos para pagamento à MEO referente às contribuições recebidas em relação aos CLSU 2010-2011 (aprovados em 2014), até 31.03.2016.

Atendendo a que em 2014 já se registaram CLSU decorrentes da prestação do SU no período posterior à designação do SU por concurso público, foram também efetuados os procedimentos previstos no âmbito do FCSU, com vista a que, até 31.03.2016, fossem transferidos para a MEO (enquanto PSU de comunicações eletrónicas designado por concurso, na componente de oferta de postos públicos) e para a NOS (enquanto PSU de comunicações eletrónicas designado por concurso, na componente relativa ao SU de ligação a uma rede de comunicações pública em local fixo e de serviços telefónicos acessíveis ao público) os valores que lhes eram devidos.

O único valor existente no FCSU, à data de 31.12.2016, era de € 0,64, correspondente ao valor transferido pela MEO, relativo à remuneração anual paga ao Estado como contrapartida da prestação do SU de disponibilização de uma lista telefónica completa e de um serviço completo de informações de listas, nos termos do respetivo contrato, assinado entre aquela empresa e o Estado Português em 20.02.2014. Tratando-se de uma receita que, de acordo com o disposto no artigo 5.º da Lei do Fundo, se encontra consignada ao financiamento dos CLSU dos prestadores do SU designados ao abrigo de procedimentos concursais, o valor em causa é considerado no âmbito do lançamento das contribuições relativas a esses CLSU.

Os movimentos ocorridos no exercício de 2016 cingiram-se, assim:

- à emissão de notas de liquidação, para o financiamento da contribuição extraordinária dos CLSU aprovados em 2014 (CLSU 2010-2011) e para o financiamento dos CLSU 2014 (período posterior à designação de PSU por concurso);

- ao recebimento do valor 0,64 euros, conforme referido no parágrafo anterior;
- ao recebimento das contribuições da ONITELECOM, da CABOVISÃO, da VODAFONE, da NOS MADEIRA e da NOS AÇORES relativas aos CLSU 2014 (período posterior à designação de PSU por concurso);
- ao recebimento das contribuições da ONITELECOM e da CABOVISÃO relativas aos CLSU 2010-2011 (contribuição extraordinária);
- à realização dos pagamentos referentes às contribuições relativas a 2014 (período posterior à designação de PSU por concurso) i) à NOS, o montante de € 346.708,64, e ii) à MEO, o valor de € 395.070,61;
- à realização do pagamento referente às contribuições relativas aos CLSU 2010-2011 (aprovados em 2014) à MEO, no montante de € 1.829.546,05.

**Eventuais vantagens de
mercado que possam ter
resultado para o prestador do
serviço universal**

3. EVENTUAIS VANTAGENS DE MERCADO QUE POSSAM TER RESULTADO PARA OS PRESTADORES DO SERVIÇO UNIVERSAL

O artigo 98.º da LCE dispõe que o relatório anual a elaborar pela autoridade reguladora nacional (ARN) – ou seja, a ANACOM - deve identificar “(...) *quaisquer vantagens de mercado que possam ter resultado para os prestadores de serviço universal, caso tenha sido instituído um fundo de compensação e este esteja efetivamente em funcionamento.*”.

Atendendo a que o presente relatório contempla as contribuições extraordinárias fixadas em 2016 para ressarcimento dos CLSU aprovados em 2014 e relativos ao período 2010-2011, bem como as contribuições para ressarcimento dos CLSU 2014 dos PSU designados por concurso, esta secção incide quer sobre a prestação do SU no período prévio à designação de PSU por procedimento concursal, quer sobre as prestações no período posterior à designação do PSU por concurso.

Como ponto prévio, importa notar que o SU assume especial relevância na garantia do efetivo exercício de direitos elementares de cidadania na sociedade atual e na promoção de um desenvolvimento socioeconómico equilibrado, possibilitando, neste âmbito e nomeadamente, a correção de desequilíbrios regionais. Nesta medida, a existência de um SU de comunicações eletrónicas traz vantagens a todos os operadores presentes no mercado, já que promove a conectividade e a existência e o crescimento do mercado de utilizadores de serviços de comunicações eletrónicas, beneficiando direta e indiretamente os diversos prestadores. De notar ainda, neste contexto, que pela fixação de obrigações de SU o Estado assegura a garantia de prestação de serviços que não podem deixar de ser assegurados e que poderão não ser atrativos para a generalidade dos prestadores.

3.1. Período prévio à designação de PSU por concurso

Em conformidade com o determinado pela ANACOM, a prestação do SU só constitui um encargo excessivo, como tal suscetível de o PSU ser ressarcido de eventuais CLSU, quando a sua quota de mercado em termos de receitas do serviço telefónico em local fixo for inferior a 80% e o montante dos CLSU seja igual ou superior a 2,5 milhões de euros⁶. Nesta medida, e atendendo à análise realizada, que considerou a evolução da situação concorrencial do mercado e a

⁶ Decisão da ANACOM de 09.06.2011.

capacidade de internalização dos CLSU pelo PSU, a ANACOM concluiu que a prestação do SU só constitui um encargo excessivo a partir de 2007, inclusive.

Os CLSU, aprovados em 2014 e relativos a 2010-2011, foram determinados por via da aplicação da metodologia de cálculo definida pela ANACOM, após procedimento de consulta pública e de audiência prévia dos interessados, sendo que esta metodologia respeita o disposto na Diretiva 2002/22/CE, de 7 de março de 2002, e no ordenamento jurídico nacional, designadamente na LCE. Neste contexto, a metodologia de apuramento dos CLSU, aprovada em 09.06.2011, encontra-se em conformidade com o definido no artigo 96.º da LCE e no anexo IV à Diretiva Serviço Universal.

A metodologia assenta na comparação entre a situação real, em que uma determinada empresa tem um conjunto de obrigações com a prestação do SU, e a situação hipotética em que a mesma empresa não teria essas obrigações, sendo assim determinados os custos que o PSU evitaria e as receitas que perderia caso fosse descontinuada a prestação do SU, designadamente a clientes não rentáveis e em áreas não rentáveis, bem como os benefícios indiretos que, associados a tais obrigações, deixaria de usufruir.

Por outro lado, e atendendo a que nos termos do artigo 96.º da LCE, só as componentes deficitárias do SU — ou seja, aquelas cujos custos evitáveis excedem as receitas efetivamente recebidas — é que são consideradas para efeitos de cálculo dos CLSU, a MEO não recebe qualquer compensação pela prestação das componentes do SU que apresentem margens positivas.

O processo de apuramento dos CLSU segue uma metodologia que considera não só os custos dessa prestação, mas também os eventuais benefícios que dela decorrem, pelo que o seu ressarcimento não determina qualquer vantagem para o PSU, sendo antes neutro e destinado a colocar esta entidade na posição em que estaria se não tivesse que prestar o SU.

De forma mais detalhada, é ainda de notar que da aplicação da metodologia decorre que só as áreas não rentáveis ou os clientes não rentáveis em áreas rentáveis é que são considerados para efeitos de cálculo dos CLSU associados à componente de ligação à rede telefónica pública num local fixo e acesso aos serviços telefónicos acessíveis ao público. Assim, a prestação do SU em áreas rentáveis ou a clientes rentáveis não é passível de compensação no âmbito do SU. Da mesma forma, não é passível de compensação a prestação do serviço de postos públicos em áreas rentáveis, nos casos em que essa prestação é rentável.

De notar também que o apuramento dos CLSU tem em consideração a margem positiva dos outros serviços (fora do âmbito do SU) suportados na rede em que assenta o SU e que não existiriam se não houvesse a obrigação de prestar o SU, servindo estas margens positivas para reduzir os custos evitáveis decorrentes da prestação do SU.

Adicionalmente, a metodologia de cálculo dos CLSU pondera ainda os seguintes benefícios indiretos, que correspondem a vantagens que se considera que estão associadas à prestação do SU e cujo valor é deduzido ao montante final dos custos decorrentes dessas prestações:

- (i) Reputação empresarial e reforço da marca: benefícios associados ao facto de os clientes terem uma perceção mais positiva da empresa, em resultado de esta prestar o SU, nomeadamente em termos de imagem e de reputação, o que permite menores níveis de investimento para idênticos resultados;
- (ii) Efeito de ciclo de vida: benefício que decorre de o PSU servir clientes que, não sendo no imediato rentáveis, se transformam em clientes rentáveis num futuro próximo, mantendo-se fiéis ao PSU e gerando margens positivas que de outra forma este operador não obteria;
- (iii) Publicidade nos postos públicos: benefício associados à colocação da identificação (logótipo) do PSU e à utilização (própria e por terceiros) de espaços publicitários em postos públicos localizados em áreas não rentáveis;
- (iv) Mailing: benefício associados à disponibilidade de espaço para envio de publicidade nas faturas do serviço telefónico em local fixo, bem como aproveitamento do processo de faturação para colocação de mensagens publicitárias em suporte autónomo, sem custos adicionais de envio;
- (v) Taxas de regulação: benefício que o PSU obtém decorrente da não consideração para efeitos de cálculo das taxas relativas ao exercício da atividade de fornecedor de redes e serviços de comunicações eletrónicas dos proveitos relativos à prestação do SU, na parcela que respeita aos proveitos associados aos reformados e pensionistas.

Resulta assim claro que a compensação pelos CLSU incorridos na prestação do SU no período prévio à designação por concurso não se traduz em vantagens para o PSU (sendo que aquelas que poderão ser entendidas como tal já estão consideradas no apuramento dos custos da prestação), correspondendo, tão-somente, ao restabelecimento de uma situação de equidade

face às restantes empresas no mercado, numa altura em que o PSU já não estava em condições de internalizar os CLSU. Como tal, o ressarcimento desses CLSU não gera qualquer distorção no mercado.

Ademais, note-se que o pagamento de uma compensação pela prestação do SU não introduz qualquer distorção no mercado, nem consubstancia qualquer benefício adicional para o PSU, na medida em que este apenas é compensado pela prestação do serviço em zonas ou a clientes com prejuízo ou em condições de custos que não se inserem nas práticas comerciais normais e quando essa prestação se configura como um encargo excessivo para o respetivo prestador, sendo ainda ao valor apurado deduzido o valor associado aos benefícios indiretos que decorrem da prestação do SU.

Do exposto decorre que a compensação a que a MEO tem direito pela prestação do SU no período de 2010-2011 não resulta em qualquer vantagem de mercado para a empresa.

3.2. Período posterior à designação de PSU por concurso

O processo de designação dos PSU, conforme estabelecido no n.º 2 do artigo 99.º da LCE, deve ser eficaz, objetivo, transparente e não discriminatório, assegurando que à partida todas as empresas possam ser designadas.

Acresce ainda, conforme dispõe o n.º 4 do mesmo artigo, que os termos do concurso devem assegurar a oferta do SU de modo economicamente eficiente e podem ser utilizados como meio para determinar o custo líquido das obrigações de serviço universal.

O processo de designação de PSU foi precedido de uma consulta pública efetuada pelo Governo em articulação com a ANACOM, a qual analisou o modo de prestação desse serviço, tendo a maioria das entidades que responderam considerado necessário continuar a designar PSU para o conjunto mínimo de prestações.

Foram igualmente submetidas a escrutínio do mercado, na sequência do qual foram fixadas pela ANACOM as condições e especificações da prestação de cada uma das componentes do SU: ligação a uma rede de comunicações pública em local fixo e de serviços telefónicos acessíveis ao público, oferta de postos públicos e disponibilização de lista telefónica completa e de um serviço completo de informações de listas.

Todo o processo de designação dos PSU por concurso assentou na necessidade de adotar as soluções mais eficientes e adequadas para assegurar a realização do SU, reduzindo ao mínimo eventuais distorções que, para o mercado, pudessem resultar da sua prestação.

Desde modo, as exigências de objetividade, transparência e não discriminação foram espelhadas nas peças dos procedimentos concursais (convite, programa de concurso e caderno de encargos), tendo sido determinado, no que respeita ao SU de ligação a uma rede de comunicações pública em local fixo e de serviços telefónicos acessíveis ao público e de oferta de postos públicos, que a adjudicação dos PSU fosse feita segundo o critério do preço mais baixo, ou seja, considerando as propostas que, cumprindo as exigências estabelecidas, solicitassem um menor valor de financiamento do CLSU para os 5 anos do contrato.

Nas condições descritas, as entidades que foram designadas na sequência do concurso foram a Optimus (para as zonas Norte e Centro) e a ZON (para a zona Sul e Ilhas) para a prestação do SU de ligação a uma rede de comunicações pública e de serviços telefónicos acessíveis ao público (sendo que, ainda em 2014, ocorreu o registo comercial da fusão por incorporação da ZON TV Cabo Portugal, S.A. na Optimus Comunicações, S.A., tendo a nova empresa adotado a denominação social de NOS Comunicações, S.A.) e a PTC para a prestação do SU de oferta de postos públicos (sendo que, em 29.12.2014, foi registada a fusão por incorporação da MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A. na PT Comunicações, S.A., tendo a empresa resultante da fusão assumido a partir dessa data a designação MEO – Serviços de Comunicações Multimédia, S.A.).

No que se refere especificamente aos CLSU 2014, é de notar que esses custos decorrem da prestação do SU de ligação a uma rede de comunicações pública em local fixo e de serviços telefónicos acessíveis ao público pela NOS, de 1 de junho a 31 de dezembro de 2014, e da prestação da oferta do SU de postos públicos pela MEO, de 9 de abril a 31 de dezembro de 2014.

Releve-se ainda que a LCE e os contratos conferem à ANACOM poderes para assegurar o cumprimento das obrigações de SU que recaem sobre os prestadores designados.

Saliente-se, por outro lado, as competências que a ANACOM detém no plano da supervisão e da fiscalização da atividade dos PSU e que constituem uma garantia de que os PSU asseguram o cumprimento de todas as obrigações que lhes incumbem nos termos do que a lei e os contratos preveem.

Atento o exposto, considera-se que, quer a NOS quer a MEO, enquanto prestadores designados por concurso para a prestação do SU, respetivamente, de ligação a uma rede de comunicações pública em local fixo e de serviços telefónicos acessíveis ao público e de oferta de postos públicos, não obtiveram qualquer vantagem de mercado pelas prestações asseguradas em 2014 e cujo ressarcimento foi concretizado em 2016.

Demonstrações Financeiras

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4.1. Balanço em 31 de dezembro de 2016 (euros)

Descrição	Notas	31.12.2016	31.12.2015
ATIVO			
<u>Ativo corrente</u>			
Outros créditos a receber	4.12	112 032 044,29	66 810 982,35
Caixa e depósitos bancários	4.9.2	0,64	0,86
		112 032 044,93	66 810 983,21
Total do ativo		112 032 044,93	66 810 983,21
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Resultado líquido do período			
Total do capital próprio		0,00	0,00
PASSIVO			
<u>Passivo corrente</u>			
Outras dívidas a pagar	4.14	112 032 044,93	66 810 983,21
		112 032 044,93	66 810 983,21
Total do passivo		112 032 044,93	66 810 983,21
Total do capital próprio e do passivo		112 032 044,93	66 810 983,21

As notas do anexo seguinte constituem parte integrante das demonstrações financeiras apresentadas supra.

O DIRETOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO
Fernando Carreiras

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

4.2. Demonstração dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2016 (euros)

Fluxos de caixa das atividades operacionais

Caixa gerada pelas operações		
Outros recebimentos		2 571 325,08
Outros pagamentos		-2 571 325,30
	Outros recebimentos/pagamentos	-0,22
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		-0,22
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		
Variação de caixa e seus equivalentes		-0,22
Caixa e seus equivalentes no início do período	4.9.2	0,86
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4.9.2	0,64

As notas do anexo seguinte constituem parte integrante das demonstrações financeiras apresentadas supra.

O DIRETOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO
Fernando Carreiras

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Anexo às Demonstrações Financeiras

5. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Nota introdutória

O Fundo de Compensação do Serviço Universal de Comunicações Eletrónicas (FCSU) tem sede na Avenida José Malhoa, n.º 12, em Lisboa.

O FCSU foi criado pela Lei n.º 35/2012, de 23 de agosto, entretanto alterada e republicada pela Lei n.º 149/2015, de 10 de setembro, ao abrigo do disposto do n.º 2 do artigo 97.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas), alterada e republicada pela Lei n.º 51/2011, de 13 de setembro, e destina-se ao financiamento dos custos líquidos decorrentes da prestação do serviço universal de comunicações eletrónicas.

A sua implementação foi determinada por deliberação do Conselho de Administração da ANACOM em 23 de janeiro de 2015.

O FCSU constitui um património público autónomo, sem personalidade jurídica, sob a administração da ANACOM, a quem compete, enquanto entidade gestora, assegurar a sua representação legal.

O FCSU não responde em caso algum pelas dívidas da entidade gestora nem esta responde pelos créditos sobre o fundo.

Compete à ANACOM, enquanto entidade gestora, organizar a contabilidade do fundo de compensação de harmonia com as normas do Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da ANACOM na sua reunião de 16 de junho de 2017.

É opinião do Conselho de Administração da ANACOM que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do FCSU, bem como a sua posição, avaliação financeira e fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

A preparação das demonstrações financeiras foi efetuada no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o SNC, vertido no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual (Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro), normas contabilísticas e de relato financeiro (Aviso n.º 15655/2009, de 7 de setembro) e normas interpretativas consignadas (Aviso n.º 15653, de 7 de setembro).

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, mantendo uma apresentação apropriada mediante a aplicação e conformidade com as NCRF aplicáveis, incluindo as políticas contabilísticas, para que seja proporcionada informação relevante, fiável, comparável e compreensível, e proporcionando divulgações adicionais sempre que as disposições contidas nas NCRF possam ser insuficientes para permitir a sua compreensão pelos utentes.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil e de acordo com o regime do acréscimo.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decurso do exercício, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC que tenham tido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa uma imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior, apresentados como comparativos nas presentes demonstrações financeiras.

4. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem.

4.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras do FCSU e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

4.2. Ativos financeiros e passivos financeiros

O FCSU determina a classificação dos ativos e passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial, de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

4.3. Outros créditos a receber

A rubrica de ‘Outros créditos a receber’ é constituída por direitos a receber, relativos às receitas liquidadas pelo FCSU e são reconhecidos inicialmente ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade (Nota 5.7).

Por norma estes valores não estão sujeitos a imparidades, pois o FCSU apenas funciona como intermediário na gestão dos valores a receber para posterior entrega ao prestador ou prestadores do serviço universal.

Caso ocorram incumprimentos nos recebimentos não ocorre qualquer desvantagem financeira para o FCSU que se traduza num gasto; essa desvantagem financeira a ocorrer será sempre suportada pelas demais entidades obrigadas a contribuir para o fundo.

4.4. Caixa e equivalentes de caixa

No FCSU, caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e ativos financeiros (Nota 5.4), sendo registados como ativo corrente se o seu vencimento for inferior a um ano; caso contrário e /ou caso existam impedimentos à sua movimentação, são registadas no ativo não corrente.

4.5. Outras dívidas a pagar

As rubricas de ‘Outras dívidas a pagar’ constituem obrigações a pagar, pela entrega do valor das receitas cobradas às empresas participantes, ao(s) prestador(es) do serviço universal, sendo reconhecidas inicialmente ao custo (Nota 5.9).

4.6. Rédito

As cobranças efetuadas pelo FCSU respeitam unicamente a quantias por conta de terceiros e como tal não correspondem a benefícios económicos que fluam para a entidade não resultando por isso em aumentos de capital próprio. Como tal, não são reconhecidos réditos no FCSU.

4.7. Multas ou sanções

O reconhecimento do produto da aplicação de multas ou sanções contratuais ao prestador ou prestadores do serviço universal, ao abrigo dos contratos para a prestação do serviço universal, é efetuado no momento do seu recebimento efetivo.

4.8. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e os julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do FCSU são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a ser diferentes dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são os que seguem:

4.8.1. Passivos e ativos contingentes

O FCSU analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

Os ativos e os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados nas notas anexas quando for provável a existência de um benefício económico futuro ou de uma obrigação.

4.8.2. Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos considerados materiais, ocorridos após a data do balanço, que digam respeito a situações constantes no balanço, são reconhecidos e/ou divulgados nas demonstrações financeiras

4.9. Caixa e depósitos bancários

4.9.1. Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

O FCSU não possui qualquer saldo de caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização, para os exercícios apresentados.

4.9.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de meios financeiros líquidos

Em 31 de dezembro de 2016, a rubrica de “Meios financeiros líquidos” apresentava os seguintes valores:

Quadro n.º 4.1 - Meios financeiros líquidos

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	0,64	0,86
Meios financeiros líquidos	<u><u>0,64</u></u>	<u><u>0,86</u></u>

O valor registado nesta rubrica encontra-se depositado no IGCP - Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública.

4.10. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

No presente exercício económico não foi necessário alterar estimativas nem proceder ao registo de erros relativos a exercícios anteriores.

4.11. Impostos

Nos termos do n.º 1 do artigo 3.º da Lei n.º 35/2015, de 23 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 149/2015, de 10 de setembro, o FSCU constitui um património público

autónomo, sem personalidade jurídica, sob a administração da ANACOM a quem compete, enquanto entidade gestora, assegurar a sua representação legal.

O FCSU encontra-se isento do pagamento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) por se enquadrar no grupo de entidades previstas no n.º 1, alínea a), do artigo 9.º do Código do IRC.

O FCSU também não é sujeito passivo de IVA, conforme disposto no n.º 2 do art.º 2.º do CIVA.

Está também isento de Imposto do Selo, nos termos da alínea a) do artigo 6.º do Código do Imposto do Selo.

4.12. Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2016, a decomposição da rubrica de “Outros créditos a receber” é a seguinte:

Quadro n.º 4.2 - Créditos a receber						
	31.12.2016			31.12.2015		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Outros créditos a receber						
Créditos diversos a receber	112 032 044,29	0,00	112 032 044,29	66 810 982,35	0,00	66 810 982,35
Total	112 032 044,29	0,00	112 032 044,29	66 810 982,35	0,00	66 810 982,35

A rubrica de “Créditos diversos a receber” respeita aos valores das notas de liquidação emitidas às “empresas participantes”.

Foram já emitidas três notas de liquidação a cada “empresa participante”, uma no exercício de 2015 e duas no exercício de 2016.

A nota de liquidação de 2015 e uma das notas de liquidação de 2016, emitidas a cada “empresa participante”, são relativas à contribuição extraordinária⁷ para financiamento dos custos líquidos do serviço universal dos anos 2007 a 2009 e 2010 a 2011, respetivamente.

⁷ Capítulo IV, da Lei n.35/2012, de 23 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 149/2015, de 10 de setembro.

O quadro abaixo ilustra os valores relativos às notas de liquidação emitidas às “empresas participantes”, relativas às contribuições a que alude o capítulo V da Lei n.º 35/2012, de 23 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 149/2015, de 10 de setembro.

Quadro n.º 4.3 - Valor das contribuições extraordinárias (capítulo V)				
Empresas participantes	Contribuição	31.12.2016		31.12.2015
		Recebido (1)	Saldo	Contribuição
Cabovisão - Televisão por Cabo, S.A.	1 048 019,83	- 1 048 019,83	1 545 083,78	1 545 083,78
ONITELECOM - Infocomunicações, S.A.	781 526,22	- 781 526,22	1 287 994,47	1 287 994,47
MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.	22 630 034,02		54 371 175,82	31 741 141,80
NOS Comunicações, S.A.	12 509 059,93		30 471 795,76	17 962 735,83
NOS Madeira Comunicações, S.A.	277 972,99		674 445,26	396 472,27
NOS Açores Comunicações, S.A.	168 848,41		424 930,35	256 081,94
Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, S.A.	9 635 146,59		23 256 618,85	13 621 472,26
Total	47 050 607,99	-1 829 546,05	112 032 044,29	66 810 982,35

(1) - Valor entregue à MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.

Nenhuma das notas de liquidação emitidas, em 2015, foi paga pelas empresas participantes que optaram por impugnar a cobrança destas contribuições.

Relativamente às notas de liquidação emitidas no exercício de 2016, apenas a “Cabovisão - Televisão por Cabo, S.A.” e a “ONITELECOM - Infocomunicações, S.A.” procederam ao respetivo pagamento.

De notar que relativamente à “MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.”, a ANACOM autorizou a empresa a não proceder à entrega do valor da contribuição a cujo pagamento estava obrigada dado que o valor da compensação a que tem direito é superior.

A segunda nota de liquidação emitida em 2016 a cada empresa participante é relativa à contribuição⁸ dos custos líquidos do serviço universal incorridos pelo prestador do serviço universal no exercício de 2014, conforme estipulado no capítulos III da Lei n.º 35/2012, de 23 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 149/2015, de 10 de setembro.

Com exceção da “MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.” e da “NOS Comunicações, S.A.”, que foram autorizadas pela ANACOM a não procederem à entrega do valor da contribuição a cujo pagamento estavam obrigadas dado que o valor da

⁸ Capítulo III, da Lei n.35/2012, de 23 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 149/2015, de 10 de setembro.

compensação a que tem direito é superior⁹, todas as notas de liquidação foram pagas pelas “Empresas participantes”, sendo o valor arrecadado entregue aos prestadores do serviço universal, e que, por este motivo, já não consta em saldo.

Os valores relativos às notas de liquidação emitidas foram os seguintes:

Quadro n.º 4.4 - Valor das contribuições (capítulo III)

	2016
Empresas participantes	Contribuição
Cabovisão - Televisão por Cabo, S.A.	65 264,46
ONITELECOM - Infocomunicações, S.A.	48 668,81
MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.	1 409 264,18
NOS Comunicações, S.A.	778 989,99
NOS Madeira Comunicações, S.A.	17 310,51
NOS Açores Comunicações, S.A.	10 514,88
Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, S.A.	600 019,73
Total	2 930 032,56

Relativamente às impugnações, foram apresentadas, pelas empresas participantes, termos de fiança/garantias bancárias como garantia de pagamento caso a decisão futura, relativa à impugnação judicial, seja favorável ao FCSU, conforme discriminado no quadro seguinte:

Quadro n.º 4.5 - Garantias

		2016	2015
Entidade	Tipo de Garantia	Valor da Garantia	Valor da Garantia
NOS COMUNICAÇÕES	Termo de Fiança	16 015 827,26	22 553 419,79
NOS AÇORES	Termo de Fiança	276 995,82	420 102,43
NOS MADEIRA	Termo de Fiança	417 577,82	595 590,34
VODAFONE	Garantia	12 043 933,24	17 026 840,33
CABOVISÃO	Garantia	Efetou pagamento	1 931 354,73
ONITELECOM	Garantia	Efetou pagamento	1 609 993,09

⁹ À semelhança do que já tinha sucedido com a contribuição extraordinária da “MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.”

4.13. Reservas e outras rubricas de capital próprio

O FCSU cobra receitas apenas para entrega ao(s) prestador(es) do serviço universal, não visando o mesmo a obtenção de qualquer vantagem financeira ou qualquer benefício económico.

As cobranças efetuadas pelo FCSU respeitam unicamente a quantias por conta de terceiros e como tal não correspondem a benefícios económicos que fluam para a entidade e não resultam por isso em aumentos de capital próprio.

Assim, o FCSU limita-se a registar, nas suas contas, um ativo pelo valor a receber, aquando da liquidação das notas de liquidação, e um passivo por conta do valor a pagar pelos custos líquidos decorrentes da prestação do serviço universal. As contas são saldadas pelo recebimento das verbas liquidadas, e posteriormente pela anulação do passivo mediante a entrega das verbas liquidadas ao(s) prestador(es) respetivo(s).

Face ao exposto, em 31 de dezembro de 2016, o saldo das rubricas de capital próprio apresentava-se nulo, situação que será idêntica no futuro.

4.14. Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2016, o detalhe da rubrica de “Outras dívidas a pagar” é o seguinte:

Quadro n.º 4.6 - Outras dívidas a pagar						
	31.12.2016			31.12.2015		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Outros dívidas						
Dívidas diversas a pagar	112 032 044,29	0,00	112 032 044,29	66 810 982,35	0,00	66 810 982,35
Listas Telefónicas	0,64	0,00	0,64	0,86	0,00	0,86
Total	112 032 044,93	0,00	112 032 044,93	66 810 983,21	0,00	66 810 983,21

A rubrica de “Dívidas diversas a pagar” engloba o valor em dívida relativo à compensação extraordinária do custo líquido do serviço universal (CLSU) dos anos de 2007 a 2009¹⁰ e a parte ainda em dívida relativamente aos anos de 2010-2011¹¹, dado que a “Cabovisão -

¹⁰ Conforme notas de liquidação emitidas em 2015.

¹¹ Conforme notas de liquidação emitidas em 2016.

Televisão por Cabo, S.A.” e a “ONITELECOM - Infocomunicações, S.A.” procederam ao pagamento da nota de liquidação.

Realça-se que, em 29.01.2015, relativamente à contribuição de 2007 a 2009, e em 28.01.2016, relativamente à contribuição de 2010/2011, a ANACOM deliberou autorizar, ao abrigo do n.º 2 do artigo 12.º da Lei do Fundo, aplicável ex vi artigo 20.º, n.º 1 do mesmo diploma, que a “MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia. S.A.” não procedesse à entrega dos valores das contribuições a cujos pagamentos estava obrigada (31.741.141,80 e 22.630.034,02 euros) dado que o valor das compensações a que tem direito (66.810.982,35 euros e 47.050.607,99) é superior.

A rubrica de “Listas Telefónicas” integra o valor da remuneração anual relativa à contrapartida da prestação do serviço universal de disponibilização de uma lista telefónica completa e de um serviço completo de informações de listas.

4.15. Compromissos

O FCSU não pode realizar despesas com aquisição de ativos, pelo que não existem quaisquer compromissos assumidos que envolvam qualquer espécie de contratualização.

4.16. Garantias

O FCSU não tem garantias bancárias prestadas a favor de terceiros.

4.17. Partes relacionadas

4.17.1. ANACOM

De acordo com a NCRF 5, os membros do Conselho de Administração da ANACOM são partes relacionadas em virtude do seu papel fundamental na gestão do FCSU.

4.18. Informações exigidas por diplomas legais

Nos termos do n.º 1 do art.º 21º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, o FCSU confirma não ser devedor de quaisquer contribuições vencidas à Segurança Social nem ser devedor de qualquer dívida perante a Fazenda Nacional.

4.19. Outras Situações

Tendo em consideração a atividade do FCSU, cujos critérios para o reconhecimento de Réditos e Gastos não são aplicáveis por não se verificarem situações enquadráveis nestas rubricas, não foi elaborada a Demonstração dos Resultados.

O Diretor Financeiro e Administrativo

Fernando Carreiras

O Conselho de Administração

Maria de Fátima Henriques da Silva Barros Bertoldi

José Manuel de Almeida Esteves Perdigoto

João Manuel Lourenço Confraria Jorge e Silva

Hélder Ferreira Vasconcelos

Isabel Maria Guimarães de Oliveira Rodrigues Areia

Parecer do Revisor Oficial de Contas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do FUNDO DE COMPENSAÇÃO DO SERVIÇO UNIVERSAL DE COMUNICAÇÕES ELETRÓNICAS (FCSU), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 112.032.045 euros e um total de passivo de igual montante), a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do FCSU, em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;



- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 6 de junho de 2017

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por

Joaquim Oliveira de Jesus, ROC n.º 1056